

A doente saúde pública do Brasil

Paulo Maluf

O lamentável acidente cardiológico, que levou à morte o deputado Christovam Chiaradia, fato ocorrido em pleno recinto da Câmara, revelou até que ponto pernicioso e trágico podem ir as consequências dos privilégios legais que superprotegem o empreguismo-sinecurista no País.

Os jornais registraram: em dia de sessão **solene**, plenário cheio, e em horário normal de expediente, nenhum dos 43 médicos, que figuram na folha de pagamento (salário médio Cr\$ 1.166.000) estava na Câmara: não havia salas, nem um só equipamento de pronto-socorro disponível para os deputados-médicos socorrerem adequadamente o colega em perigo de vida; informou um deputado-médico que até uma pequena "bala" de oxigênio da sala do café, procurada, estava vazia; o elevador da Câmara não comportou a maca em que se tentava levar Chiaradia ao hospital; e, finalmente, não havia ambulância à disposição, sendo o deputado, já moribundo, levado de carro.

A sucessão de fatos inadmissíveis que aí está — recolhida fielmente do noticiário — ainda se completa por mais alguns detalhes: 50 por cento dos parlamentares são pessoas da faixa etária comprovadamente sujeita a distúrbios cardíacos, principalmente nas condições emocionais em que ocorrem os debates.

Um dos porta-vozes do indefectível **Departamento de Desculpas** afirmou que não havia instalações de pronto-socorro por falta de espaço, que agora está sendo providenciado. Eis suas declarações textuais a um dos jornais:

"Não vou deixar um médico só enfeitando, sem equipamentos e local adequado. Uma UTI no Salão Verde prejudicaria a estética do plenário. Esperamos um lugar na taquigrafia".

Pela frase desse profissional, ficamos sabendo que, embora sendo médico, ele coloca a "estética do Salão Verde" acima dos riscos de vida de 50 por cento dos parlamentares e funcionários sujeitos a enfarte, no clima de emocionalidade frequente em que decorrem os debates.

Nenhum Parlamento do mundo ocupa metragem imobiliária maior do que a do Congresso brasileiro, principalmente após os quatro anexos já agregados ao projeto primitivo. E ainda assim a genialidade arquitetônica ali aplicada não encontrou espaço para abrigar instalações de pronto-socorro, destinadas a usuários tão obviamente sujeitos a graves contratempos de saúde naquele local.

Por que, em pleno recinto da mais exposta e importante arena da vida política brasileira, chega a acontecer essa soma de desleixos, ofensivos ao grau de progresso e civilização que o País já atingiu? Por que tanto desprezo, por parte de uma corporação de profissionais qualificados, no cumprimento de suas tarefas mesmo em local tão exposto às doenças coronárias?

A impunidade com que os privilégios estabelecidos em lei cerca os servidores desleixados atingiu seu ápice em todo o atendimento à saúde pública no País. Hospitais, como o do Servidor Público em São Paulo, que é o segundo maior hospital da capital, foi no passado motivo de glória. Hoje tem cerca de um terço dos banheiros

sem funcionar, conta só metade dos leitos em condições, a farmácia exhibe as prateleiras vazias e uma simples chapa de raios-X demora 30 dias. Consultas são marcadas somente a longo prazo. Mas o desconto compulsório na folha do funcionário público é feito com pontualidade.

Os hospitais conveniados com o INSS queixam-se diariamente e o povo é atendido com o maior descaso, havendo até denúncias de omissão de socorro.

Os demais hospitais estaduais e municipais de São Paulo que foram recentemente construídos, e "inaugurados" há um ano, na véspera das eleições de 1990, continuam na sua maioria fechados, ou trabalhando com 40 por cento de ocupação.

Agregando cada vez mais novos e criativos privilégios, o empreguismo e o nepotismo, soprados pelo corporativismo, perdem a cada hora, a cada fato público, as noções mínimas de respeito aos direitos dos demais cidadãos. Pensava-se que isso somente ocorria à porta de hospitais, ambulatórios creches e escolas públicas, onde vão bater os desprotegidos, os simples, os milhares dos sem-voz. A audácia do corporativismo e a certeza da impunidade adentram, porém o Congresso, mesmo em dia de sessão solene, e de plenário cheio.

É o infeliz retrato de como a saúde pública está doente neste país.

■ Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, é presidente nacional do PDS